

## VIII CONSALEM NOS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO

O Sindsalem promoverá nos dias 26 e 27 de outubro, no Plenarinho, o VIII Congresso dos Servidores da ALEMA (Consaem). O tema deste ano é o Controle Externo sobre o Legislativo. No primeiro dia, haverá um debate sobre a conjuntura político-econômica do país, com o professor doutor em História Social, Valério Arcairy. Além disso, serão discutidas questões de interesse da categoria: como o balanço da direção do Sindsalem, alteração do Estatuto,

reforma do PCCV, dentre outras. No segundo dia, o juiz da Vara de Interesses Difusos de São Luís, Douglas Martins, ministrará a palestra “Controle Externo sobre o Legislativo Brasileiro”, com a participação do debatedor Leonardo Valles, auditor da CGU e doutor em Direito. Em seguida, ocorrerá a Plenária Final do Consaem. No dia 28/10, será realizada a Festa do Servidor, a partir das 11h, na sede recreativa do Sintrajufe, no Araçagi. Servidor, compareça!



### EDITORIAL

## SINDSALEM SUGERE VOTO NULO NO 2º TURNO EM SLZ



Motivados pelo desejo de mudança e com o objetivo de combater à corrupção, o povo foi às urnas, com boa-fé, no último dia 02 de outubro. Bombardeado pela mídia, o cidadão acreditou que a vida iria melhorar pelo simples fato de trocar o PT pelo PSDB, DEM, PMDB, PP ou qual-

quer outro partido de matriz ideológica semelhante. Infelizmente, na política, as coisas não funcionam assim e os eleitores concederam, na verdade, uma vitória avassaladora aos seus próprios algozes. Diante disso, o Sindsalem fez uma breve análise dos impactos negativos do resultado destas eleições, principalmente, para os servidores da ALEMA.

O PMDB elegeu 1.028 prefeituras, o PSDB - 796, o PSD - 539 e o PP - 495. Todos esses partidos possuem caciques envolvidos em corrupção, o que nos leva a crer que essa mazela se perpetuará neste país. Um jantar promovido por Temer no dia 09 de outubro preparou a base governista para a aprovação de várias emendas e projetos de leis que representam ataques terríveis aos trabalhadores e aos servidores e serviços públicos, em particular.

No Maranhão, as eleições em vários municípios terão consequências sobre nós, servidores. A derrota do CORONEL COUTINHO, em Caxias, é o maior exemplo. Embora os caxienses tenham derrubado uma administração desastrosa para os interesses do povo daquela cidade, a eleição de Fábio Gentil não promete grandes mudanças, pois este sempre viveu à custa do dinheiro público, assim como os membros do grupo derrotado. O revés do Coronel Coutinho aliado às propostas de reforma do Governo Temer podem dificultar, ainda mais, a vida dos servidores desta Casa. A categoria precisa ficar alerta, pois a folha de pagamento tende a au-

mentar com novos “fantasmas”. Além disso, a Mesa Diretora utilizará o argumento das medidas impostas pelo Governo Temer, como a PEC 241, para reforçar a negação da Reforma do PCCV.

Em São Luís, a eleição de Eduardo Braide ou Edivaldo Holanda Júnior não implicará em grandes mudanças para a população. Os dois candidatos têm origem na Oligarquia Sarney e fazem parte, hoje, da base do GOVERNO FLÁVIO DINO. Na ALEMA, todos sabem que os dois grupos (SARNEY E DINO) fazem vista grossa para a enxurrada de “fantasmas” existentes na Casa, assim como foram coniventes com o escandaloso aumento de 34,5% concedido a servidores comissionados, que já ganhavam acima de R\$ 16 mil por mês. Em contrapartida, os dois grupos se negaram a apoiar, sequer, a concessão da revisão inflacionária de 9,30%, a que têm direito os servidores efetivos e estáveis.

O deputado Eduardo Braide, inclusive, atuou diretamente para que a reposição da inflação não fosse concedida à categoria, uma vez que se aliou a servidores inescrupulosos, que tentaram substituir a direção autêntica do Sindsalem. Vale ressaltar, ainda, que esse deputado teve em suas mãos a lista de “fantasmas” e nada fez para acabar com essa forma de desvio de dinheiro público. Por tudo isso, apesar de saber que todos são “livres” para votar, a Direção do Sindsalem conclama seus associados a votarem nulo neste segundo turno, em São Luís.

## SINDSALEM CONCLAMA SERVIDORES A SE UNIREM CONTRA A PEC 241



**A**o invés de aumentar os tributos sobre os mais ricos, combater a sonegação fiscal e cortar as benesses do alto escalão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Governo Michel Temer preferiu propor a PEC 241/2016, a chamada PEC da Maldade, aprovada na segunda-feira (10/10), na Câmara dos Deputados.

Para o Sindsalem, a PEC representa um ataque sem precedentes à população brasileira e, particularmente, aos servidores públicos, pois isenta as elites e joga a conta da corrupção e da dívida pública no bolso dos mais pobres e daqueles que vivem de salário e aposentadoria.

Para quem não conhece, a PEC 241 estabelece para os próximos 20 anos, um teto para o investimento estatal limitado à despesa do ano anterior corrigida pela inflação. Assim, mesmo que o Estado aumente a arrecadação e existam recursos disponíveis, ele não poderá aumentar os investimentos nas áreas sociais, além do teto.

Na prática, se aprovada pelo Congresso Nacional, a PEC 241 congelará os investimentos da União em saúde e educação por 20 anos, precarizando, ainda mais, a oferta desses serviços ao cidadão. “Para o funcionalismo público, os impactos da proposta também serão desastrosos. A PEC 241 proibirá a concessão de reajuste salarial aos

servidores, bem como vedará a criação de novos cargos ou funções, a reestruturação de carreira e a realização de concursos públicos” – explicou o presidente do Sindsalem, Luiz Noleto.

O golpe de misericórdia virá a seguir, com a reforma da previdência e outras medidas infraconstitucionais, que possibilitarão: a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho, a mudança nos critérios de progressão e promoção, além de restrições na concessão de pensões, aposentadorias e auxílios-doença.

Embora a medida seja aplicável apenas no âmbito federal, a aprovação da PEC poderia surtir o efeito cascata, levando governadores e prefeitos a criarem legislação semelhante, prejudicando o funcionalismo estadual e municipal, bem como o acesso da população aos serviços básicos – um retrocesso sem igual nos últimos tempos.

O objetivo do Governo Temer é que a proposta seja aprovada no Congresso Nacional o mais rápido possível para que o novo cálculo para os gastos públicos seja aplicado já em 2017. Diante dessa ameaça, o Sindsalem conclama os servidores, trabalhadores e a sociedade em geral a se unirem e a não medirem esforços para barrar esse ataque. Vamos pressionar os deputados e senadores maranhenses a dizerem NÃO À PEC 241/2016!

## SINDSALEM SOLICITA AO MP QUE INVESTIGUE FARRA DAS DIÁRIAS

**O** Sindsalem requereu ao Ministério Público (MP-MA) providências no sentido de investigar a “farras de diárias” na Alema. Em sua representação, o Sindicato narrou uma série de operações suspeitas, que garantiram a apenas nove servidores aproximadamente R\$ 129 mil em diárias, sendo a maioria para deslocamento à cidade de Caxias, reduto eleitoral do presidente da Alema, deputado Humberto Coutinho.

Para demonstrar os absurdos referentes à concessão de diárias, o Sindsalem destacou alguns casos, como o do servidor Jean Rodrigues Alves Costa, que ganha remuneração de R\$ 17.504,69 e recebeu R\$ 33.075,00 de diárias referentes à 30 viagens. Vale destacar que esse servidor era assessor da ex-deputada Cleide Coutinho, esposa do Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Outro caso absurdo é o do servidor Leonel Mesqui-

ta Costa, que recebeu entre 2015 e 2016, R\$ 8 mil em diárias, dentre as quais para viagem ao Rio de Janeiro, sem qualquer vínculo com suas atividades e com o interesse público. Para piorar, o próprio servidor propala entre os colegas que não há nada demais em receber diárias para tratar de interesse particular.

Diante de tais relatos, o Sindsalem pleiteou, também, caso comprovadas as ilicitudes, o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos irregularmente pelos servidores, bem como a responsabilização de todos os envolvidos no “esquema” por ato de improbidade administrativa. Como forma de evitar futuros desvios, o Sindsalem solicitou, ainda, que o Ministério Público celebre um Termo de Ajustamento de Conduta com a Alema, que submeta a concessão de diárias a regras seguras e, sobretudo, vinculadas ao interesse público.

### FISCALIZAÇÃO

## MP-MA E SINDSALEM ATENTOS A IRREGULARIDADES NA ALEMA

**O** Ministério Público (MP-MA) e o Sindsalem têm exercido papel de suma importância no combate às irregularidades existentes na Assembleia Legislativa do Maranhão. No entanto, vale ressaltar a atuação exemplar do MP como fiscal da lei.

Sempre atento às suas atribuições, o Ministério Público cobrará da Alema a apresentação da lista com informações relativas à lotação, filiação e cargos dos

servidores da Casa, conforme determinação da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

O prazo para a direção da Casa entregar a lista com os dados atualizados termina em 07/11/2016. Caso a Alema descumpra a ordem judicial, é certo que o MP tomará as medidas cabíveis.

Os servidores estáveis e efetivos da Casa estão confiantes na atuação da Justiça e do Ministério Público pelo fim da corrupção na Alema!